



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas (FACE)
Departamento de Economia
Curso de Ciências Econômicas

Pâmela Maciel de Sousa

**Os Vínculos de Codependência Comercial do Brasil com China e
Sua Relevância na Economia Brasileira**

**Brasília
2022**

Pâmela Maciel de Sousa

**Os Vínculos de Codependência Comercial do Brasil com China e
Sua Relevância na Economia Brasileira**

Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade de Brasília, pela aluna Pâmela Maciel de Sousa, portador da matrícula 14/00029681, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Daniela Freddo

Brasília

2022

Pâmela Maciel de Sousa

Os Vínculos de Codependência Comercial do Brasil com China e Sua Relevância na Economia Brasileira

Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Brasília, 30 de setembro de 2022

BANCA EXAMINADORA

Professora Daniela Freddo
Orientadora

Adriana Moreira Amado

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pelas oportunidades que me levaram a cursar ciências econômicas na Universidade de Brasília, aos meus pais José Neto Francisco de Sousa e Raimunda Maciel de Sousa pelo o apoio e paciência para realização dos meus objetivos e a minha irmã Stefany Maciel de Sousa pelas palavras de incentivos e ajuda nos momentos difíceis. Agradeço também aos meus amigos por me ajudar nos desafios a mim demandados.

Agradeço aos meus docentes e educadores que me mostraram os caminhos do conhecimento de um curso complexo e em especial a minha orientadora Daniela Freddo pela compreensão e cooperação ao longo do processo do trabalho realizado.

RESUMO

Esse trabalho visa analisar a relação comercial entre o Brasil e a China por meio da balança comercial do período de 2017 a 2021, para explicar a independência entre os países construída ao longo da última década. Através das exportações e importações sino-brasileira é possível investigar as características fortes e fracas da economia brasileira e como ela se voltou à produção de bens primários e a codependência com a China e o baixo foco na produção de bens manufaturados. A pauta exportadora do Brasil é predominantemente composta por *commodities* o que leva a debates preocupantes no que tange ao desenvolvimento e ao futuro econômico do Brasil e suas respectivas consequências para a sociedade.

Palavras-chave: Balança Comercial, Exportações, Importações, Codependência, *commodities*, Manufaturados

ABSTRACT

This work aims to analyze the trade relationship between Brazil and China through the trade balance of the period from 2017 to 2021, to explain the independence between the countries during over time in the last decade. Through Sino-Brazilian exports and imports, it is possible to investigate the strong and weak characteristics of the Brazilian economy and how it turned to the production of primary goods and codependency with China and the little focus on the production of manufactured goods. Commodities is brazil's main export, which leads to worrying debates about Brazil's economic development and future consequences for society.

Keywords: Trade Balance, Exports, Imports, Codependency, Commodities, Manufactured

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de acordos entre Brasil e China por ano e por governo.....	17
Gráfico 2 - Exportações e importações Brasil - China.....	18
Gráfico 3 - Saldo da Balança Comercial - Brasil em relação à China.....	19

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produção de vinho e tecido por hora	13
Tabela 2 - Principais produtos exportados para a China.....	20
Tabela 3 - Principais produtos importados pelo Brasil.....	21

SUMÁRIO

1.Introdução.....	9
2.Concepção Teórica - Revisão de Literatura.....	10
2.1 Um Breve Contexto Histórico do Comércio Exterior.....	10
2.2 Da Teoria de Vantagens absolutas à Teoria de Vantagens Comparativas.....	11
2.3 Teoria da Deterioração dos Termos de Troca no Conceito Cepalino.....	14
3.Comércio: Brasil - China.....	16
3.1 Conjuntura Econômica Sino- Brasileira.....	16
3.2 Balança Comercial - Brasil e China (2017-2021).....	18
4.Os Vínculos de Codependencia do Brasil com a China.....	22
5.Considerações Finais.....	24
6.Bibliografia.....	25

1.INTRODUÇÃO

O estudo do comércio internacional deriva do interesse de explicar as trocas internacionais que evoluíram com a Economia enquanto ciência (Revista Economia e Desenvolvimento, 2017), conforme Oliveira (2017), entender esse comércio e como funcionam suas variáveis (preços, exportações, importações, diretrizes das políticas comerciais dos países e entre outros) são questionamentos básicos das teorias sobre o estudo do comércio internacional, pois explica os caminhos tomados pelos países.

Não há apenas uma teoria que englobe todo o conteúdo do comércio internacional, mas David Ricardo trouxe o conceito do princípio de Vantagens Comparativas, e segundo ela a abertura do comércio internacional gera resultados melhores para os países, pois os mesmo podem se especializar naquilo que é relativamente mais eficiente e permitindo exportar com preços mais competitivos. A Teoria de Vantagens Comparativas é base para estudos das principais teorias do comércio internacional, como é o caso da Teoria dos Termos de Troca que faz críticas a não aplicabilidade das vantagens comparativas em países em desenvolvimentos (ou subdesenvolvidos).

Na década de 1930, a teoria de vantagens comparativas foi propagada nos países latino-americanos, com o foco na especialização de produtos primários para exportação e produtos manufaturados da importação, construindo uma visão de que o progresso tecnológico dos países desenvolvidos passaria para os países latino-americanos. Julgava-se que a ampla abertura do comércio aumentaria a variedade de bens para os agentes domésticos e elevaria a produtividade por oferecer bens intermediários mais baratos e de melhor qualidade. (KRUGMAN e OBSTFELD, 2007, p.3).

Porém, em 1949, Prebisch e Singer expõem a tese de que seguindo o princípio das vantagens comparativas, os termos de troca de países que exportam bens primários se deterioram ao longo do tempo, principalmente em países em desenvolvimento. A discussão se intensificou no período de industrialização da América Latina, em que se estava presente a alta elasticidade renda de demanda de produtos industrializados e baixa elasticidade dos produtos primários, e como consequência, para manter o equilíbrio externo, os termos de troca de países em desenvolvimento decaem ao longo do tempo, o que poderia vim a ser obstáculo o desenvolvimento e industrialização.

A relação comercial entre o Brasil e a China é uma amostra do debate das duas teorias em termos da atualidade, sendo o comércio entre elas formado por um conjunto operação de cooperação que engloba acordos diplomáticos e comerciais que se expandiu ao longo dos

anos desde a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC). As diferenças culturais, econômicas e sociais não foram empecilhos para colocar em prática as visões em comum dos países desenvolverem suas economias mesmo trilhando caminhos diferentes, levando a China ser o maior parceiro comercial do Brasil a partir de 2009.

Para Salvatore (2007) a relação de aproximação econômica ou de interdependência entre as nações é por meio das importações e exportações de bens e serviços, e isso é visto na relação sino-brasileira, tendo o Brasil como o exportando matérias primas e importando manufaturados da China. A China nos últimos 10 anos está investindo fortemente no Brasil no que tange a energia, mineração e siderurgia além de ser o que mais exporta do Brasil. Apesar da relação entre os países ser benéfica para o Brasil na balança comercial que será exposto no trabalho, direcionou ao Brasil a se especializar em bens primários e a diminuir o possível crescimento e diversificação dos seus produtos na pauta exportadora.

A partir do exposto, o presente estudo tem como objetivo apresentar a dinâmica da relação do comércio entre o Brasil e China e suas consequências para economia brasileira através das teorias de Vantagens comparativas e dos Termos de trocas, por meio dos acordos entres os países para explicar a aproximação entre eles, da análise da balança comercial que trilha a linha de raciocínio para entender e ver de forma prática os impasses e as fragilidades que Brasil vem enfrentando com a dependência em relação à China e o debate atual da desindustrialização brasileira.

2. CONCEPÇÃO TEÓRICA - REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Um Breve Contexto Histórico do Comércio Exterior

Perry Anderson (1982) destaca a estrutura de longas distâncias, como a rota marítima e as construções de estradas, fatores decisivos para o desenvolvimento do comércio e da organização do espaço geográfico (muitos povos estruturavam-se perto de rios ou onde houvesse água e terras férteis para sua sobrevivência). Ward-Perkins (2005) expressa que o comércio de longas distâncias modulou o parâmetro de vida do Império Romano (da população em geral) pela distribuição de produtos como lã, seda, pimenta, entre outras especiarias.

Magnoli (2006) diz em seu estudo que a partir do século XI a Europa reanimou o comércio de longas distâncias não só por usar o Mediterrâneo como rota, mas também pelo “desenvolvimento tecnológico de transporte marítimo”. Já no Século XIV, a riqueza do Reino

de Portugal, em sua maior parte, provinha de atividades mercantis. Na linha de raciocínio de Magnoli (2006), tanto a revolução da tecnologia de transportes marítimos e terrestres quanto a industrialização e expansão das potências europeia, norte-americana e japonesa geraram novas tendências comerciais.

Helpman (2010) ressalta que o comércio de longas distâncias provenientes do descobrimento das Américas ocasionou divergência econômica entre a Europa e a China, uma vez que no século XVIII ambas as economias eram semelhantes e após a Revolução Industrial europeia, aquela se expandiu de forma mais rápida, em comparação com a China (vale salientar a Europa como provedora de carvão barato para Inglaterra, contribuindo para Revolução Industrial). Esse é um dos fatos, tanto para Helpman (2010) quanto para Pomeranz (2000), geradores do papel central do comércio para o avanço da economia da Europa.

Esse breve contexto histórico mostra que o comércio exterior abriu as portas para o desenvolvimento, interdependências, avanço de tecnologias, distribuição de informação e globalização das economias mutáveis. A ciência econômica a cada ponto da história se atenta a investigar a dinâmica, o progresso e seus efeitos sobre a atividade econômica, além de descrever que o intercâmbio de bens e serviços entre as fronteiras é de alta relevância e requer cuidadosa análise.

2.2 Da Teoria de Vantagens absolutas à Teoria de Vantagens Comparativas

A Teoria de Vantagens absolutas de (1979), em *A Riqueza das Nações*, demonstra os ganhos obtidos nas trocas internacionais, essa se baseava na concepção da especialização de cada nação naquilo em que é naturalmente mais apta a produzir, fundamentada no princípio da divisão do trabalho e colocada em contexto de comércio exterior, alcançando a vantagem máxima no plano nacional e internacional, na qual eleva o emprego e a renda no plano internacional. O comércio externo para Smith apoiava-se em diferenças absolutas de custo de produção, em que a riqueza das nações provém da produtividade do trabalho como resultado da divisão do trabalho, segundo Bado (2004) em sua pesquisa sobre tal estudo de Smith, nesse caso:

“é o resultado da propensão da natureza humana a trocar, negociar e vender um produto em troca de outro, limitada, no entanto, pela extensão do mercado. Uma vez que o comércio internacional aumente o mercado para os produtos produzidos domesticamente, ele permite o aprofundamento da divisão do trabalho, contribuindo para aumentar a riqueza das nações.” (Bado,2004, p.6)

Em suma, a Teoria de Vantagens absolutas de Smith diz que por meio do comércio internacional a vantagem estaria nas diferenças de custo de produção entre os países, ou seja, essa troca entre as economias só é justificada quando o bem da outra economia é mais barato para se adquirir em comparação ao custo nacional para produzi-la. Na visão de Smith, para oferecer preço e custo inferiores aos dos concorrentes, o custo é fundamentado na produtividade do trabalho e está diretamente ligado à especialização do bem, no qual, o melhor para cada nação é se especializar na produção dos bens que tenham menos custos, no caso, a mais eficiente. Quanto menos horas trabalhadas e maior produtividade, tem-se uma vantagem absoluta.

Adam Smith, A Riqueza das Nações:

“Se um país estrangeiro pode nos fornecer uma mercadoria mais barata do que nós mesmos podemos produzi-la, é melhor comprá-la com alguma parte da produção de nossa própria indústria, empregada de maneira que tenhamos alguma vantagem.” (Livro IV, Seção ii, 12)

David Ricardo acreditava no liberalismo do comércio internacional, pois para ele as transações entre os países eram uma forma de aquecer o sistema econômico. Dessa maneira, partindo do pressuposto do livre comércio de Adam Smith, no qual explicitava implicações positivas sobre a especialização dos países e na produtividade, a Teoria de Vantagens Comparativas criou forma.

O pensamento ricardiano, para o comércio exterior, expôs que as especializações dos países não era sobre a produção na qual teria vantagens absolutas, mas no tocante a maior vantagem comparativa, pois para ele as vantagens absolutas determinam apenas o padrão de trocas internas do país, levando a uniformizar os preços dos fatores, conforme isso, no mercado internacional essa lógica não é bem aplicada devido à mobilidade de fatores, no caso é essencial levar em consideração a estrutura produtiva de cada país. A colaboração de Ricardo à teoria do comércio internacional, é com o princípio das vantagens comparativas, e ela olha para as diferenças relativas das condições de produção dos bens, definidas a partir do custo de oportunidade dos países (custo de oportunidade descreve os *trade-offs*, no caso, custo de algo em termo de uma oportunidade renunciada, abrir mão da produção de um produto em detrimento do outro).

Para explicar suas palavras, Ricardo usa como exemplo a Inglaterra e Portugal na produção de dois bens, vinho e tecido, no qual se apoia na teoria do valor trabalho em que a troca entre mercadorias é proporcional ao tempo de trabalho social gasto na produção delas.

Produção de vinho e tecido por homem/ hora

	Portugal	Inglaterra
Vinho	80/h	120/h
Tecido	90/h	100/h
Preço Vinho/Tecido	$80/90 = 0,888\dots$	$120/100 = 1,20$
Preço Tecido/Vinho	$90/80 = 1,125$	$100/120 = 0,83333\dots$

Tabela 1 - Revista de Economia Política, vol. 27, nº 3 (107), pp. 413-430, julho-setembro/2007- Ricardo (1817, Cap. VII: 104-105)

Conforme a tabela 1, a produção está em termos de horas trabalho-homem por unidade, em que uma porção de vinho valha $80/90 = 0,888$ peças de tecido e uma peça de tecido valha $90/80 = 1,125$ de vinho em Portugal, na Inglaterra uma porção de vinho valha $120/100 = 1,20$ de tecido e uma peça de tecido valha $100/120 = 0,83333$ de vinho. Dado isso:

- Portugal tem custo absoluto menor em ambos os bens.
- Inglaterra tem um custo comparativo maior de produzir vinho do que Portugal.
- Inglaterra tem custo de oportunidade menor de produzir tecido em comparação ao vinho.
- Para simplificação, os custos de transporte são desprezíveis.
- No livre comércio a Inglaterra especializa-se em tecido e Portugal em vinho.
- Na inexistência de comércio, na Inglaterra, uma unidade de vinho vale 1,2 de tecido.
- A Inglaterra quer livre comércio com Portugal, pois podem vender tecido e comprar mais vinho por unidade de tecido em comparação ao mercado doméstico.

(A análise da tabela segue os pontos descritos acima para ambos os bens)

Consequentemente, com o livre comércio, dadas as trocas, Inglaterra tende a especializar-se em tecidos e Portugal em vinhos, mesmo Portugal tendo vantagem absoluta na produção de ambos os bens, pois pode aplicar seu capital no que é mais vantajoso, além disso, os dois países acabam consumindo em maior escala os bens, ou seja, ganhos com o comércio exterior.

Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos difunde-se o

benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e de intercâmbio.” (RICARDO, 1982, p.104)

Apesar de haver ressalva ao modelo ricardiano, alguns deles sendo os apontamentos críticos de Krugman & Obstfeld (2015) de que esse nível de especialização não é observada no mundo real, o modelo ignora o papel das economias de escala como uma das causas do comércio e a ideia dos países de sempre ganharem por meio do comércio, muitos estudos empíricos e até mesmo no noticiário apontam muitos países com a dinâmica de exportar bens com produtividade maior e importar bens com produtividade menor, e isso só demonstra a contribuição de Ricardo para teoria do comércio internacional.

2.3 Teoria da Deterioração dos Termos de Troca no Conceito Cepalino

O surgimento da Comissão Econômica Para América Latina e Caribe — CEPAL, foi criada em 1948 e é um dos órgãos das Nações Unidas com o intuito de buscar soluções às adversidades econômicas dos países da América Latina e Caribe por meio de estudo empírico, propondo-se políticas econômicas (Morais,1995). Uns dos pontos de interesse demonstrado pela comissão são os problemas da tardia industrialização dos países periféricos proveniente do pós segunda guerra com forte influência histórica do desenvolvimento capitalista e da Revolução Industrial, dado isso, formularam o conceito de deterioração dos termos de troca posicionada por Raúl Prebisch em 1949 contrapondo o conceito de divisão internacional do trabalho fundamentada nas vantagens comparativas e a sua não aplicação na realidade da América Latina.

No sistema econômico mundial — centro-periferia, Prebisch (1949) vê a posição da América Latina pertencendo à periferia e tendo como “papel específico de produzir alimentos e matérias-primas para os grandes centros industriais”. Logo, a validação da divisão internacional do trabalho induziu determinados países a se industrializar, o centro, e outros a se restringirem à produção de bens primários, à periferia. Prebisch não aceitava a premissa de ganhos de eficiência para ambos os lados provenientes da divisão internacional do trabalho e da distribuição equitativa do progresso tecnológico entre os países. Para Prebisch, a distribuição tecnológica não é equitativa e isso foi evidenciado principalmente após a Segunda Guerra Mundial que desequilibrou ainda mais essa distribuição. Dado exposto, a centralização do progresso tecnológico estaria no centro e para as periferias seriam as perdas tangentes nos preços ao longo dos anos.

A partir da discordância dessa premissa, Prebisch desenvolveu a Teoria da Deterioração dos Termos de Troca, na qual os países latino americano exporta produtos de natureza primária que apresentam baixa elasticidade-preço em relação à demanda, ou seja, a quantidade demandada responde de maneira baixa as variações dos preços, isso acarreta deterioração do seu preço em relação aos produtos oferecidos dos países centrais. Já os países industrializados são geradores de emprego, da demanda efetiva e de inovações tecnológicas, e estão no âmbito de ter uma elevada elasticidade-preço em relação à demanda e assim com a tendência de valorização dos produtos industriais sobre países exportadores primários, esse efeito permeia de forma similar a taxa efetiva de câmbio. Prebisch (1949): “Os volumes de exportações se mantiveram estáveis, sua capacidade de comprar bens e serviços do exterior, no caso, sua capacidade de importar, diminuirá ao longo do tempo.”

Prebisch indica nesse sistema de comércio centro-periferia, no caso países desenvolvido e em desenvolvimento, que os benefícios do comércio exterior estariam se centralizando em países centrais, pois há diferenças entre a produtividade e estaticidade entre setores agrícolas e industriais, além das diferenças nas pautas comerciais entre países desenvolvido e em desenvolvimento. Portanto, os países em desenvolvimento deveriam caminhar para a industrialização (tecnologia também) a fim de suas exportações, seus “termos de troca”, não se deterioreem no comércio exterior, assim como os países latino-americanos deveriam fazer comércio entre si.

Esse posicionamento de Prebisch sustentou fortemente o pensamento Cepalino entre os anos de 1950 e 1960 envolvendo temas de desigualdade de trocas entre países centrais e periféricos e como isso reforçava a posição de subdesenvolvimento dos países exportadores de matérias-primas.

Celso Furtado afirma esse posicionamento descrevendo que o desenvolvimento econômico envolveria modificações estruturais na economia tanto na produção quanto na distribuição de riqueza, no caso, o subdesenvolvimento não seria só uma questão de tecnologia, mas envolve a estrutura de produção e distribuição da economia/renda subdesenvolvida. Vale considerar os diferentes contextos históricos entre países subdesenvolvidos e a constituição das características para o melhor proveito da terra, capital e mão de obra. E para passar de subdesenvolvido para desenvolvido, no ponto de vista de Furtado e Cepal, é através do uso de políticas econômicas por meio do agente formulador de políticas, o governo.

“(...) transformações nas relações e proporções internas do sistema econômico, as quais têm como causa básica modificações nas formas de produção, mas que não se poderiam concretizar sem modificações na forma de distribuição e utilização de renda.”
(FURTADO, 1968, p. 79)

3. COMÉRCIO: BRASIL - CHINA

3.1 Conjuntura Econômica Sino- Brasileira

A introdução da liberalização comercial da República Popular da China (RPC) começou em 1970 no poder de Deng Xiaoping, que implementou mudanças impulsionadoras de abertura à iniciativa privada e a entrada de capital estrangeiro. O modelo “socialismo de mercado” adotado pelo Partido Comunista Chinês (PCCh) combina características de economia de mercado e controle político centralizado, o que levou a economia do país a crescer, um exemplo da ampliação industrial foi em 1984, com a formação Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) e cidades abertas.

As relações diplomáticas sino-brasileiras se formalizaram em 1974, mas só apenas no pós guerra fria, com a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, a dinâmica entre os países se fortaleceu. A China, na OMC, ganhou destaque no sistema econômico e o Brasil um forte parceiro comercial. A presença e influência da China no Brasil é assistida em 2004 quando governo brasileiro de Luiz Inácio Lula da Silva, assina o “Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Comércio e Investimento” com presidente chinês Hu Jintao em Brasília, no artigo 1 do memorando o Brasil reconheceu a China como economia de mercado. (Revista de Desenvolvimento Econômico, 2018)

As relações sino-brasileiras, segundo Moreno Pires e Paulino (2011), contemplam diversas áreas como comércio, economia, aviação, tecnologia e transporte marítimo afetando diretamente a estrutura produtiva do Brasil, assim como em outros países da América Latina, o que levou ao longo dos anos a assinarem acordos comerciais tornando a China desde de 2009 a maior parceira econômica do Brasil. O Fact Sheet Acordos Brasil - China do Centro de Estudos e Pesquisa BRICS, mapeou os acordos realizados entre o Brasil e a China de 1999 a 2019 categorizado por governo, demonstrado no gráfico abaixo. O Partido dos Trabalhadores (PT) contempla o maior nível de acordo entre 2022 e 2015, vale ressaltar que nesse período houve várias visitas entre os países, o que favorecia a parceria entre ambos, outro fato decisivo para o Brasil ficar mais próximo do país chinês economicamente é a crise

econômica do Brasil em 2014 e 2015 que fez diminuir investimentos nacionais além da saída de empresas ligada à Lava-jato.

Conforme o estudo, o tipo de documento mais assinado foi os memorandos de entendimento, o que levava a colaboração e implementação da maioria dos acordos, no que tange aos setores dos acordos, os mais assinados foram os de Comércio e Investimento que contemplam “o empréstimos, aquisições, financiamentos, e acordos de cooperação entre instituições brasileiras e chinesas (como o BNDES, Vale, Banco da China, Eximbank chinês e outros) e setor de Ciência e Tecnologia que contempla o programa “Satélite de Recursos Terrestres Brasil-China” (CBERS). A China está interessada na América Latina tendo o país brasileiro como forte parceiro ao longo do tempo.

O país chinês é o principal exportador de *commodities* do Brasil e em 2021, ampliaram ainda mais a relação econômica através de acordos no setor agrícola e o resultado foi, a China importou US\$ 87,3 bilhões em bens e serviços, o que impulsionou o setor produtivo agrícola brasileiro, gerou crescimento de 36,7% no fluxo de importações e atenuou os impactos da pandemia do COVID -19 no comércio bilateral, dados conforme o estudo de ***Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea.***

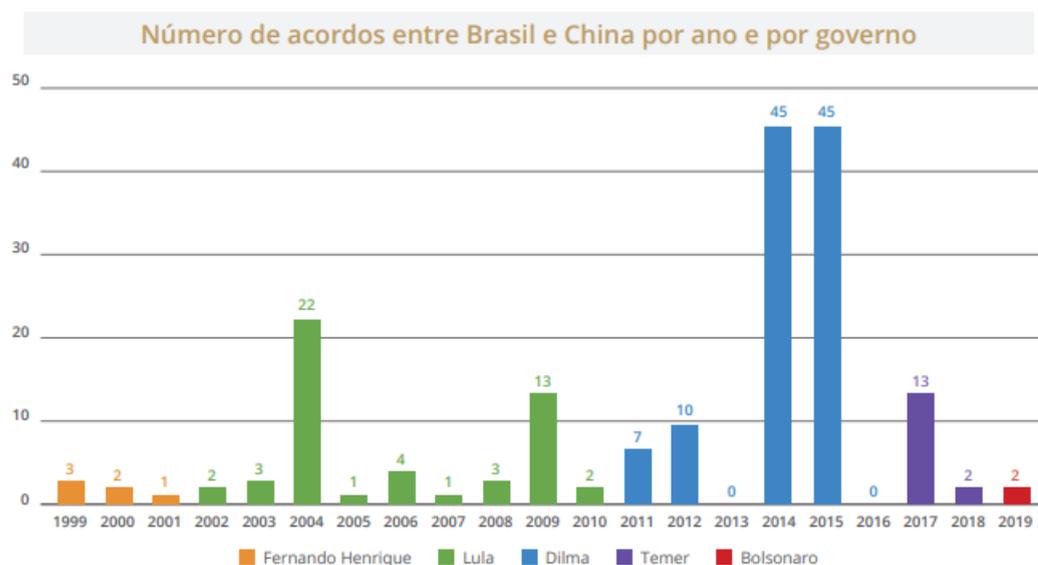


Gráfico 1 - Fonte: Centro de Estudos e Pesquisa BRICS, 10/2019, p.1

Apesar dessa parceria ser benéfica para o Brasil, Moreno (2015), acentua a relevância do Brasil a exportar produtos primários (agronegócios) *vis a vis* à importação de manufaturados da China, o que levou ao longo dos anos a tornar a pauta exportadora do Brasil a ser predominantemente agrícola. Essa interação bilateral, tem dois países em

desenvolvimento que caminharam de formas diferentes, sendo a China como a segunda economia mundial e o Brasil conhecido como uma grande fazenda.

Conforme Paulino (2011), a China soube observar que umas das características do desenvolvimento de grandes nações é a diversificação da estrutura produtiva e a partir desse pressuposto a abertura comercial chinesa se apoia em dois pilares: diversificação e exportações. O país passou a não ser apenas uma sociedade agrícola, mas agora produtor de uma vasta quantidade de produtos industrializados, podendo com sua tecnologia atuar em várias partes do mundo.

3.2 Balança Comercial - Brasil e China (2017-2021)

Para começar a análise do comércio sino-Brasileiro do período de 2017 até 2021, é necessário definir variáveis significativas, caracterizadas tanto pelas exportações (bens e serviços produzidos em um país e vendidos para outro país) e importações (bens e serviços produzido em outro país adquiridos por agentes internos como pessoas, empresas e governo), a Balança Comercial (BC), de maneira geral, expõe a importações e exportações de bens e serviços entre os países, “[...] evidenciando a saúde econômica e financeira do país.” (KRUGMAN;OBSTFELD, 2010). Segundo a SECEX (Secretaria do Comércio Exterior), o Brasil faz uso da classificação por fator agregado para acompanhar as exportações e importações. Para análise se faz uso da metodologia qualitativa que segundo Lakatos e Marconi (2005) se difere do quantitativo à medida que não faz uso de instrumentos estatísticos. Os dados foram coletados através de pesquisa bibliográfica de livros, artigos e noticiários escritos entre os anos de 1993 e 2022.

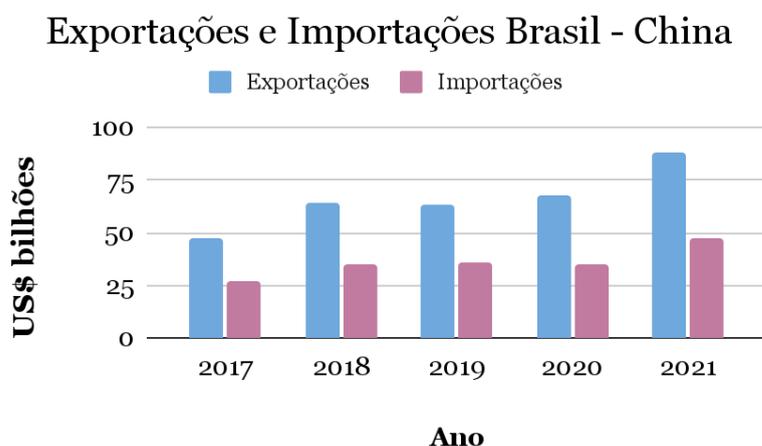


Gráfico 2 - Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC, 2022) - Elaborada pelo autor

Ao longo desses 5 anos as relações comerciais entre os países cresceram, as exportações em 2017 para China em torno de 50 bilhões chegaram em 2021 a quase 90 bilhões, impulsionado principalmente pelo setor agrícola. A presença da China nas exportações brasileiras vem crescendo desde 2015, mas essa alta em 2021 segundo o ex-secretário nacional de Comércio Exterior, Welber Barral foi devido a demanda por mais carne, dado a peste suína no país chinês e além de estocar comida após o ápice da pandemia do coronavírus, impulsionando o agronegócio no Brasil em meio ao ano de recessão mundial.

As importações que o Brasil fez nesses 5 anos se mantiveram na média de 36 bilhões, com uma leve retração em 2020 pelo coronavírus, mas com a flexibilização das restrições sociais e abertura de mercado em 2021 a economia se aqueceu aumentando as importações significativamente. No que tange à importação, temos equipamentos de telecomunicação, produtos de transformação como embarcações, máquinas, plataformas, válvulas entre outros.

O saldo da Balança Comercial de 2017 a 2021 para o Brasil em relação a China, esteve sempre com superávit e tendência de crescimento, com as exportações aumentando de forma mais acelerada em relação às importações, fazendo o Brasil ter vantagem comercial em relação ao país asiático, esse resultado explica o porquê da China ser o maior parceiro comercial, ultrapassando a expressiva hegemonia americana no comércio brasileiro, mas vale ressaltar que as vendas para China são centradas em poucos produtos com baixo valor agregado e o as exportações da China em sua maior parte é de manufaturados.

Saldo da Balança Comercial - Brasil em Relação a China

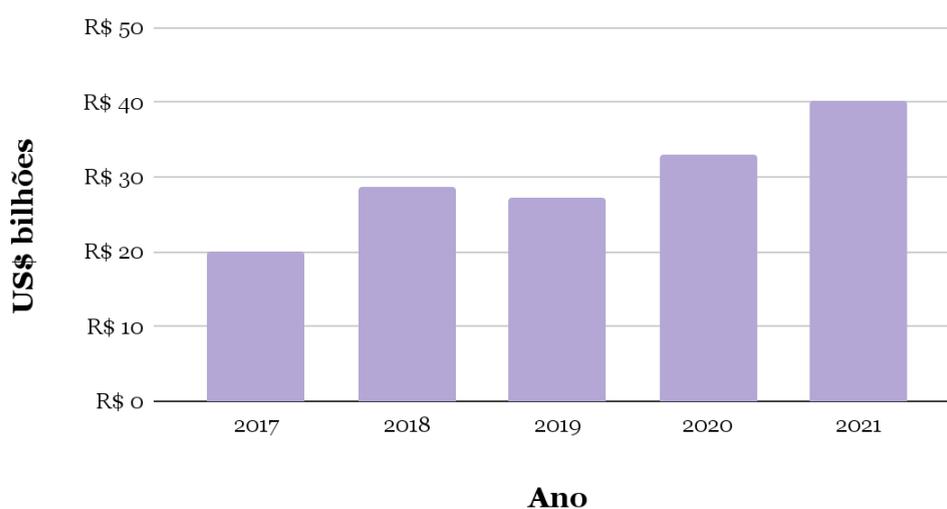


Gráfico 3 - Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC, 2022) - Elaborada pelo autor

A tabela 2 mostra que a China demanda em grande escala produtos minerais, do reino vegetal e do reino animal, e dados do Ministério da Economia aprofundam-se dizendo que a soja, o petróleo e o minério de ferro constituem cerca de 70% a 80% dessas importações em 2020 e 2021. O Brasil é o principal produtor de soja, e o produto é tão demandado pelo seu uso em vários itens, como, matéria prima para biodiesel, base de alimentos, ração dos animais e entre outros. Desde dos anos de 1990 a China vem aumentando seu consumo pela soja ao ponto de se tornar a maior exportadora, isso é devido pelo aumento de renda da população que demanda produtos como carne e alimentos ricos em gorduras e processados.

No minério destaca-se o alumínio, o cobre, o ferro, o ouro e o nióbio, no qual, a China gera impacto no setor extrativo brasileiro, isso devido a seu crescimento e urbanização. O minério de ferro em 2021 teve aumento no preço por tonelada, de US\$ 80 para mais de US\$ 200, assim o produto para a China teve alta de 96%, e gerou US\$ 7,6 bilhões de janeiro a abril para o Brasil (infomoney, 23 maio 2021). Vale ressaltar que a política protecionista chinesa almeja a produção de semi manufaturados e produtos finais, o que a leva a buscar suprimentos minerais em outros países através de aquisições e posições em empresas como é o caso da Niobras, uma mineradora e produtora de ferronióbio localizada em Ouvidor-GO que foi adquirida, em 2016, pela China por meio da empresa China Molybdenum Corporation (CMOC). O nióbio é muito utilizado na siderurgia e setores da tecnologia e por isso se faz tão necessário para chineses ter acesso ao produto em sua forma prima e vende-la em forma de liga, pois além de exportarem para própria China eles comercializam com o, a Europa, a Índia, os Emirados Árabes e os Estados Unidos (18º Simpósio de Mineração, 2017). E no que tange ao petróleo, a China desde 1993 tem como prioridade em sua política externa ter acesso à energia barata o que a levou a ser importadora líquida de petróleo.

Principais Produtos Exportados Para a China					
Descrição Seção	2017	2018	2019	2020	2021
Produtos minerais e concentrados	42,10%	43,44%	50,61%	48,93%	53,41%
Produtos do reino vegetal	46,49%	45,45%	34,58%	33,38%	33,06%
Animais vivos e produtos do reino animal	4,12%	4,36%	7,72%	10,49%	7,95%
Pastas de madeira e seus correlatos	6,10%	5,85%	5,57%	4,69%	3,44%
Produtos das indústrias alimentar	1,20%	0,90%	1,53%	2,49%	2,14%

Tabela 2 - Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC, 2022) - Elaborada pelo autor

As importações da China para o Brasil conforme a tabela 3 são em sua grande maioria produtos manufaturados, ou seja, produtos fabricados em larga escala, como máquinas, eletrônicos e produtos das indústrias químicas (equipamentos de telecomunicações, válvulas e tubos termiônicos, compostos organo-inorgânicos e demais produtos da indústria de transformação), ComexStat, 2020. De acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o país chinês está ganhando cada vez mais espaço nas importações brasileiras vendendo ao longo do tempo produtos mais sofisticados, deixando para trás a imagem de fornecer produtos de baixa qualidade.

Em 2017 a soma desses produtos importados chegava em torno de 23 bilhões e em 2021 já estava em torno de 41 bilhões, esse crescente aumento ocorre por fatores como: os produtos chineses tem o custo de produção mais baixo, no caso moeda do país exportador tem valor menor do que a do país comprador, os valores são mais estáveis e a reengenharia dos produtos acaba sendo mais fácil, ou seja, tempo de importação menor que do tempo de fabricação nacional. A China tem e oferece uma tecnologia que permite produzir produtos mais atrativos em custo benefícios, além de oferecer maior variedades (Conexão Aduanas, 2020). Como mostrado na tabela, as máquinas e os aparelhos correlacionados representam quase 55% em médias das importações entre 2017 e 2021, isso porque esses produtos têm um preço altamente competitivo devido à especialização da produção e da mão de obra abundante no país.

Principais Produtos Importados pelo o Brasil					
Descrição Seção	2017	2018	2019	2020	2021
Máquinas e aparelhos e seus correlatos	57,85%	55,38%	56,97%	58,17%	54,57%
Produtos das indústrias químicas ou conexas	16,90%	18,83%	18,68%	19,98%	23,28%
Metais comuns e suas obras	8,02%	9,05%	8,36%	7,46%	9,58%
Matérias têxteis e suas obras	11,52%	11,12%	10,37%	9,09%	6,53%
Plásticos e suas obras; Borracha e suas obras	5,71%	5,63%	5,61%	5,30%	6,04%

Tabela 3 - Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC, 2022) - Elaborada pelo autor

O resultado da Balança Comercial sino-brasileira é um parâmetro de como é a balança comercial entre o Brasil e o mundo, pois a maior pauta de exportação é de produtos primários. O superávit de 2021 para o Brasil se deu pelo aumento dos preços das *commodities* que tem cotação básica e pela alta do dólar, nas exportações, os produtos em destaque são da indústria extrativista alavancadas pelo minério de ferro e petróleo e na agropecuária em razão da soja.

Já os produtos manufaturados, conforme a nota do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), seguem uma trajetória de contração, em 2021 representou 51% do total exportado, contra fatia de 81% comparado a 20 anos atrás.

4. OS VÍNCULOS DE CODEPENDÊNCIA DO BRASIL COM CHINA

A China é um dos maiores importadores de bens primários, pois precisa comprar matérias primas para fabricar seus produtos com intuito de atender as demandas do mundo, e o Brasil é um exportador de bens primários com a presença significativa da China em sua balança comercial. De acordo com o Ministério da Economia (2022), em 2021 a participação chinesa nas exportações foi de 31,28%, contra 11,09% dos Estados Unidos e de 4,24% da Argentina, isso é um forte indício de como a ausência da China na Balança comercial brasileira afetaria negativamente no saldo final.

Observe-se que o Brasil tem vantagens comparativas na produção de bens primários como mostra o indicador de vantagem comparativa revelada (VCR) de Nassif e Castilho (2020) e tantas outras pesquisas, e apesar da boa relação comercial entre os países essa dinâmica tendenciou o Brasil a intensificar sua especialização na direção de produtos primários e ter queda em todas as categorias de produtos manufaturados. A questão de relevância é que especialização em bens primários leva a uma deterioração dos termos de troca, ainda mais com a China que vem se especializando em seus produtos manufaturados, gerando uma piora dos preços de exportação vis-à-vis aos preços de importação. E para contornar tal impasse se faz necessário constantemente aumentar as exportações de bens primários. A codependência do Brasil com a China está justamente nesse ponto de deterioração dos termos de troca e do lento progresso tecnológico do país brasileiro, o que leva a ser um dos motivos de desindustrialização “prematura” no país.

A desindustrialização é um fato “normal” que ocorre nas economias desenvolvidas, sendo a definição clássica: a queda da participação do emprego industrial no emprego total de um país (queda manufatureira em termos de emprego), Rowthorn e Ramaswamy (1999). Tregenna (2009), ampliou o conceito e acrescentou com o fato do valor adicionado da indústria se reduzir em proporção do emprego total e do PIB. O ponto de relevância é que a desindustrialização ocorre quando a indústria perde força como geradora de emprego ou de valor adicionado na economia. Mas no caso do Brasil a desindustrialização está ligada a “Doença Holandesa”, ou seja, reversão da pauta exportadora em direção a *commodities* ou

itens de baixo valor tecnológico, no qual, se leva desindustrialização causada pela apreciação da taxa real de câmbio “resultante da descoberta de recursos naturais escassos num determinado país ou região” (Oreiro e Feijó, 2010), o que gera uma externalidade negativa para o setor de manufaturados (Bresser-Pereira, 2008).

Para Coutinho (1997) a especialização regressiva brasileira está atrelada a combinação de fatores como a desindustrialização generalizada a desnacionalização da estrutura produtiva e reorganização empresarial, com desverticalização e integração internacional importadora, e isso não leva o país a proporcionar ciclos de investimento transformadores na estrutura produtiva.

Rodrik (2016) afirma que a desindustrialização prematura atinge negativamente a sustentação do crescimento de países periféricos porque prejudica a capacidade do desenvolvimento, reduz a capacidade de absorver mão de obra pouco especializada em comparação ao setor de alta produtividade. Segundo estudos clássicos de Hirschmann (1958), Furtado (1961) e Rosenstein Rodan (1943), esse processo limita a trajetória de superar o subdesenvolvimento por via da industrialização.

A pandemia do Covid-19 só evidenciou a desindustrialização e a codependência, Trace (2020) destaca que China por um lado sustentou as exportações brasileira (bens primários) em 2020 ao ponto de gerar crescimento e por outro teve intensificação da dependência do Brasil por produtos importados (manufaturados), explicitando como um forte fator que o Brasil precisa se industrializar. A nomenclatura de dependência do Brasil é colocar a maior parte da sua produção à mercê de um único país, ter poucos produtos manufaturados na pauta exportadora e está parado no desenvolvimento tecnológico.

O caminho para contornar o curso da desindustrialização para Nassif, Bresser-Pereira e Feijó (2018), se faz necessário neutralizar Doença Holandesa por meio de um regime que incentiva o investimento produtivo com a combinação de

“taxa de câmbio de equilíbrio industrial, baixas taxas de juros e redução da tributação para bens de capital nacionais e importados e utilização da política industrial como complemento às modificações no regime macroeconômico, com vistas a fomentar a inovação e a diversificação produtiva” v.32 n.2 2022 Nova Economia.

O debate sobre a desindustrialização brasileira se mostra cada vez mais presente nas literaturas e pesquisas e é cabível de estudo para se melhor fazer entender o caminho que o Brasil percorreu para esta na situação comercial externa atual e como essa consequência desindustrialização mostra fragilidade do Brasil perante o país chines.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crescente interação do Brasil com a China, tanto em relação à exportação e importação é fundamentada na teoria de vantagens comparativas, tendo o Brasil uma vasta gama recursos naturais e sendo e um forte produtor de *commodities* que supre as demanda da China, na qual está passando por um elevado crescimento econômico e fornece ao mundo manufaturados mais em conta com mais intensidade mão-de-obra.

Há um significativo benefício no comércio bilateral, principalmente com o Brasil tendo superávit na balança comercial, porém a pauta exportadora do Brasil é formada majoritariamente por bens primários, o que coloca o Brasil em desvantagem por ter menos valor agregado em seus produtos, conforme a teoria dos termos de troca. Ao longo de 2017 a 2021 as exportações de *commodities* para China só aumentaram, com destaque para soja e o minério de ferro e isso é um indício dos desafios do Brasil para retornar ao caminho do desenvolvimento, pois trilhou um caminho mais periférico e a China de centro.

Neste trabalho foi analisada a formação comercial entre os países e a balança comercial com o objetivo de pontuar os impactos do comércio para o Brasil no que tange seu baixo desenvolvimento conforme apontado na teoria de deterioração dos termos de troca. Os princípios da doença holandesa persistem no comércio brasileiro tanto em decorrência do aumento das exportações de bens primários quanto do aumento dos preços dos mesmos, mostra a necessidade do Brasil de buscar a diversificação das exportações para bens manufatura e não ter só com China um comércio forte que chega a ser de dependência, mas buscar o desenvolvimento industrial significativo para ter um espaço competitivo no mundo.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Perry. **Passagens da antiguidade ao feudalismo**. Porto: Afrontamento, 1982, p. 19.

BARDO, Álvaro Labrada. Das vantagens comparativas à construção das vantagens competitivas: uma resenha das teorias que explicam o comércio internacional. **Revista de Economia e Relações Internacionais / Faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado**. Vol. 3, n. 5 (2004) - São Paulo: FEC-FAAP, 2004.

BAUMANN, Renato. LIBÂNIO, Gilberto. JOPLIN, Mario. Research For Investment Cooperation Between Brazil And China. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada -Ipea**, Brasília, 2021.

COSTA, Guilherme. **A Evolução do Comércio entre o Brasil e a China: Uma Análise das Relações Comerciais Bilaterais Sino Brasileiras**. São Paulo: UNESP, 2015.

ESPÓSITO, Maurício. Desindustrialização no Brasil: Uma análise a partir da perspectiva da formação nacional. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. p. 120-146. 46 /janeiro 2017– abril 2017. Disponível em:

<file:///C:/Users/P%C3%A2mela%20Maciel/Downloads/admin,+MauricioEsposito.pdf>

FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo, Abril Cultural, 1982(1969).

GAVRAS, Douglas; ASSIS, Francisco. Cresce a dependência do Brasil para a China. **CNN Brasil**, São Paulo, 14 de fev. de 2021. Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/business/cresce-a-dependencia-do-brasil-para-a-china/>>

GIFFONI, Clara; BECKER, Ana; Pestana, Manuela. Acordos Brasil-China. Centro de Estudos e Pesquisa BRICS, 2019.

GONTIJO, Cláudio. As duas vias do princípio das vantagens comparativas de David Ricardo e o padrão-ouro: um ensaio crítico. **Revista de Economia Política**, vol. 27, nº 3 (107), pp. 413-430, julho-setembro/2007

GUIMARÃES, Edson P. Evolução das Teorias de Comércio Internacional. **Estudos em Comércio Exterior**, Rio de Janeiro, vol. I nº 2 – jan/jun/1997

- HELPMAN, E. **Understanding Global Trade**. Harvard University Press, 2011.
- HOLANDA, Felipe Macedo. **OS ECONOMISTAS**. 10.ed. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.
- KRUGMAN, Paul.; OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional**. 10. ed. São Paulo: Makron Books, 2010.
- LIMA, Maria; VERÍSSIMO; Michele. Relações econômicas e políticas entre Brasil-China e os efeitos da pandemia do covid-19. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 29, n. 2, p. 124-148, 2022.
- MAGNOLI, Demétrio; JÚNIOR, Carlos Serapião. **Comércio Exterior e Negociações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006
- MORAES, Isaias. AGUIAR, Mônica. TAUIL, Carlos. Relações Brasil-China: Uma parceria para o desenvolvimento ou uma relação de codependência? **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v.2, n.40, p. 402 – 432.
- MORAES, Reginaldo. Celso Furtado. **O subdesenvolvimento e as ideias da Cepal**. São Paulo: Ática, 1995.
- MORENO, Camila. **O Brasil made in China**. São Paulo, Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.
- OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmem. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro.
- PEREIRA, Lia. O efeito china nas exportações brasileiras em terceiros mercados: uma análise do constant market share. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada -Ipea**, Brasília,2014.
- PIRES, Marcos Cordeiro; PAULINO, Luís Antônio. **As relações entre China e América Latina num contexto de crise. Estratégias e Potencialidades**. São Paulo. Editora LCTE, 2011.
- POMERANZ, K. **The Great Divergence: China, Europe, and the Making of the Modern World Economy**. Princetown: Princetown University Press, 2000.
- PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista brasileira de economia**, v. 3, n. 3, p. 47-111, 1949.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 321-324. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 2 (118), pp. 219-232, abril-junho/2010.

SILVA, Luiz; ABRÃO, Rafael. Comércio Brasil-China e seus três pilares: soja, petróleo e minério de ferro. **Observatório da Política Externa e Inserção Internacional do Brasil**, São Paulo, 24 de abr. de 2021. Disponível em:

<<https://oieb.org/2021/04/24/comercio-brasil-china-e-seus-tres-pilares-soja-petroleo-e-minerio-de-ferro/>>

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

SUGIMOTO, Thiago; DIEGUES, Antonio. A China e a desindustrialização brasileira: um olhar para além da especialização regressiva. **Nova Economia**. v.32 n.2 p.477-504 2022.

WARD-PERKINS, Bryan. **The Fall of Rome: And the End of Civilization**. USA:Oxford University Press, 2006.